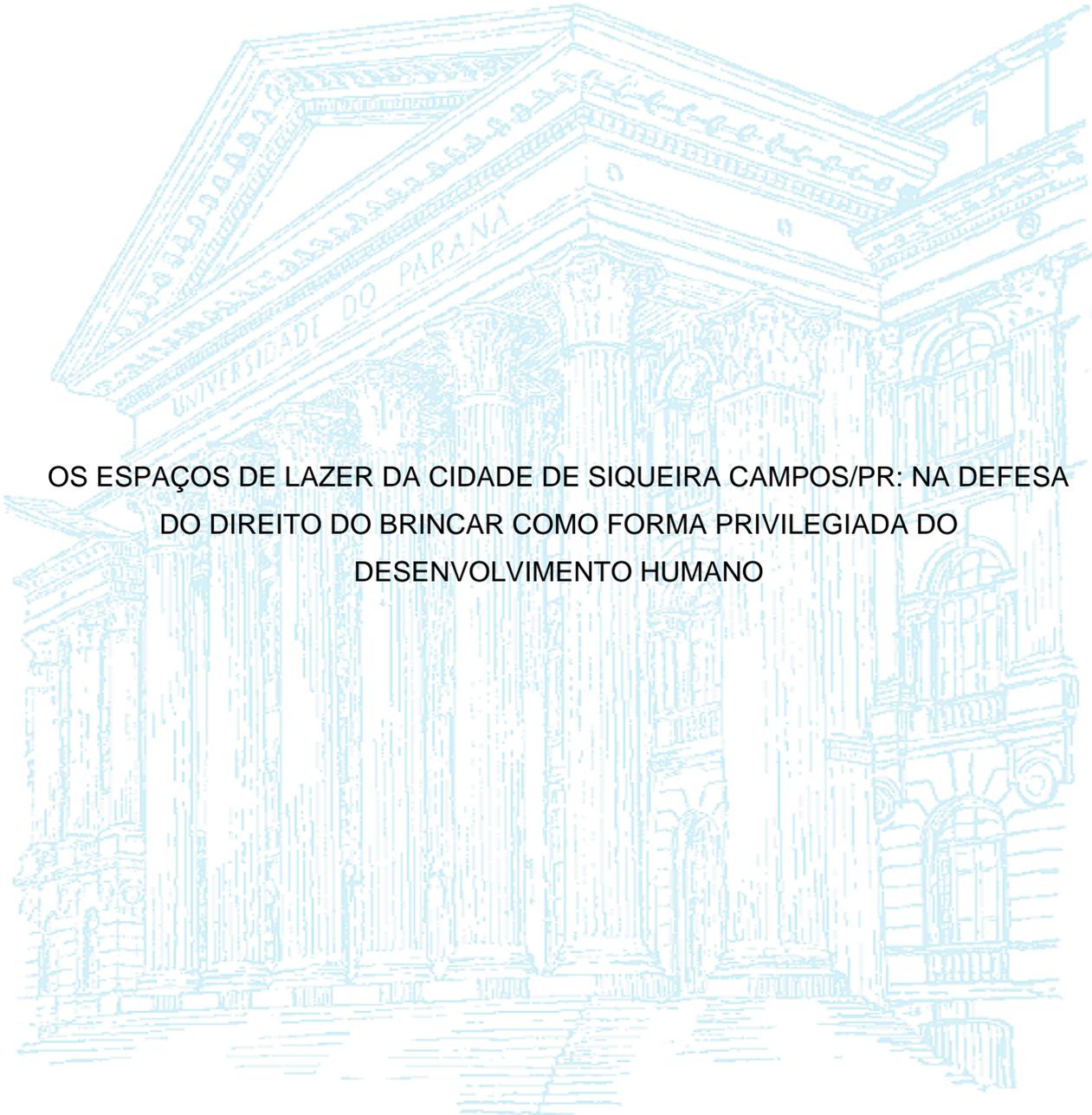


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA CORREIA DOS SANTOS



OS ESPAÇOS DE LAZER DA CIDADE DE SIQUEIRA CAMPOS/PR: NA DEFESA  
DO DIREITO DO BRINCAR COMO FORMA PRIVILEGIADA DO  
DESENVOLVIMENTO HUMANO

CURITIBA

2018

AMANDA CORREIA DOS SANTOS

OS ESPAÇOS DE LAZER DA CIDADE DE SIQUEIRA CAMPOS/PR: NA DEFESA  
DO DIREITO DO BRINCAR COMO FORMA PRIVILEGIADA DO  
DESENVOLVIMENTO HUMANO

Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Licenciada em Educação  
Física no curso de Licenciatura em Educação  
Física, Setor de Ciências Biológicas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Rechia  
Co-orientadora: Profa. Ms. Karine dos Santos

**CURITIBA**  
**2018**

Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.

Antoine de Saint - Exupéry

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela realização desse sonho e por ter me conduzido até esse momento dando-me forças para nunca desistir, agradeço a Ele pelas pessoas colocadas cuidadosamente em meu caminho!

Não tenho palavras para mensurar a importância de meus pais, Patrícia e Luciano, durante esse processo, vocês são meus alicerces, minha base e minha vida, não teria chegado até aqui sem vocês, gratidão por todos os momentos de incentivo, de compreensão e amor incondicional, obrigado por terem dedicado suas vidas a me fazer uma pessoa melhor, amo vocês e toda a nossa família.

Agradeço ao meu melhor amigo, companheiro e amor da minha vida, Mateus, obrigado por todos os momentos inesquecíveis ao seu lado e por todos os sonhos compartilhados, temos a sorte de vermos nesse caos a sua luz. Te admiro, te respeito e te amo!

Agradeço a todos do GEPEC por compartilharem comigo tantos conhecimentos, sabedorias e histórias. Este grupo faz diferença na vida de cada um que o perpassa e ainda mais na vida dos que permanecem. Obrigado por me acolherem e por me inspirarem a lutar por uma sociedade melhor, mais justa e democrática.

Em especial, agradeço a professora Simone e a Karine pelas valiosas orientações, pelas lições de saber, pela dedicação e renúncias pessoais, obrigada por serem tão humanas e sensíveis durante todo o processo de construção desse trabalho, vocês me inspiram!

## RESUMO

Frente à atual configuração das cidades, as áreas infantis e os espaços públicos destinados às brincadeiras das crianças, assumem um papel de grande importância na garantia do direito ao brincar e ao lazer na infância nas cidades, estudos como de Rechia (2017), Ferronato e Batista (2013), reafirmam que estas experiências lúdicas contribuem para o desenvolvimento integral do ser humano. Considerando a criança como sujeito de direitos, diante de sua trajetória histórica elucidadas nos estudos de Sarmiento (2005) e Soares (1997), esta pesquisa busca compreender quais mobilizações se fazem necessárias para potencializar as vivências lúdicas da criança nos espaços públicos da cidade de Siqueira Campos PR. Procurou-se investigar elementos a respeito da concepção e planejamento destes espaços e equipamentos, questões relacionadas à segurança e manutenção, bem como compreender as formas de apropriação e a percepção do sujeitos, discutindo também alternativas para os espaços e equipamentos, que possam potencializar o brincar, na cidade de Siqueira Campos/PR, tendo por referência estudos sobre locais que oportunizam experiências diversificadas em outros centros urbanos. Para que o objetivo do estudo proposto fosse alcançado, percorremos caminhos metodológicos que contribuíram de maneira significativa para que chegássemos as análises e pudéssemos compreender as características e particularidades do contexto e da realidade dos espaços observados, desta forma fizeram parte da pesquisa instrumentos como: mapeamento e registros documentais a partir de fontes oficiais, aplicação do protocolo para os espaços e equipamentos encontrados, observações dos espaços e análise por meio de registros em diário de campo e fotográficos da dinâmica dos parques infantis, acompanhado da realização de entrevistas com responsáveis por crianças presentes no local e com as próprias crianças, e por fim análise correlacional de todos os dados obtidos. A partir da discussão dos dados observou-se que os espaços públicos destinados a infância na cidade de Siqueira Campos, necessitam de medidas, que permeiam a ação do poder público e o ativismo social dos cidadãos. Medidas estas que sejam capazes de melhorar a infraestrutura e conservação dos equipamentos lúdicos, propor novas concepções e planejamentos inovadores pautados em pesquisas, em estudos e nos anseios dos cidadãos, novos espaços de lazer que possibilitem um acesso mais democrático a toda população. E ainda, que estes espaços possam garantir aspectos relacionados a questões de segurança, áreas verdes e brinquedos que desafiem o potencial lúdico das crianças e oportunizem a acessibilidade de participação de todos, respeitando as diferenças, as assimetrias sociais e o contexto social multicultural.

**Palavras-chave:** lazer, áreas infantis, concepção de espaços e equipamentos.

## ABSTRACT

In view of the current configuration of cities, children's areas and public spaces for children's play, play a very important role in guaranteeing the right to play and leisure in childhood in the cities, since these ludic experiences contribute to the development of the human being. Considering the child as subject of rights, this research seeks to understand what measures are necessary to enhance the child's play experiences in the public spaces of the city of Siqueira Campos PR. We sought to investigate elements regarding the design and planning of these spaces and equipment, issues related to safety and maintenance, as well as to understand the forms of appropriation and the perception of the subjects, also discussing alternatives for spaces and equipment that can enhance play, in the city of Siqueira Campos / PR, with reference to studies on places that offer different experiences in other urban centers. In order to reach the objective of the proposed study, we went through methodological paths that contributed significantly to arriving at the analyzes and could understand the characteristics and particularities of the context and reality of the spaces observed. documental records from official sources, application of the protocol for the spaces and equipment found, observations of the spaces and analysis through field and photographic diary records of the dynamics of the playgrounds, accompanied by interviews with those responsible for children present in the local and with the children themselves, and finally (5) correlational analysis of all the data obtained. From the discussion of the data it was observed that the public spaces destined to infancy in the city of Siqueira Campos, need measures, that permeate the action of the public power and the social activism of the citizens. These measures are capable of improving the infrastructure and conservation of play equipment, proposing new conceptions and innovative plans based on research, studies and the wishes of citizens, new leisure spaces that allow a more democratic access to the entire population. And also, that these spaces can guarantee aspects related to security issues, green areas and toys that challenge the children's playful potential and provide the accessibility of participation of all, respecting the differences, social asymmetries and "multicultural social" context.

Keywords: leisure, children's areas, design of spaces and equipment.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE SIQUEIRA CAMPOS.....	27
FIGURA 02 – MAPA DE SIQUEIRA CAMPOS E LOCALIZAÇÃO DOS PARQUINHOS .....	29
FIGURA 03 – CENTRO ESPORTIVO JARDIM PLANALTO.....	29
FIGURA 04 – CENTRO ESPORTIVO JARDIM PLANALTO.....	29
FIGURA 05 – PRAÇA DA GRUTA .....	30
FIGURA 06 – PARQUINHO DA GRUTA.....	30
FIGURA 07 -- PARQUINHO DA RUA DAS FLORES .....	31
FIGURA 08 -- PARQUINHO DA RUA DAS FLORES .....	31
FIGURA 09 – PLANTA ACADEMIA AO AR LIVRE .....	31
FIGURA 10 – PARQUINHO DA ACADEMIA AO AR LIVRE.....	32
FIGURA 11 – ACADEMIA AO AR LIVRE .....	32
FIGURA 12 – ORGANIZAÇÃO DOS PARQUINHOS .....	33
FIGURA 13 – ORGANIZAÇÃO DOS PARQUINHOS .....	33
FIGURA 14 -- ORGANIZAÇÃO DO PARQUINHO DA GRUTA .....	34
FIGURA 15 – CRIANÇAS BRINCANDO COM AREIA.....	34
FIGURA 16 – PARQUINHO E ÁREAS VERDES DISPONÍVEIS .....	36
FIGURA 17 – PARQUINHO E ÁREAS VERDES DISPONÍVEIS .....	36
FIGURA 18 -- ILUMINAÇÃO PARQUINHO DA RUA DAS FLORES .....	36
FIGURA 19 – BRINQUEDO QUEBRADO PARQUINHO DA RUA DAS FLORES .....	37
FIGURA 20 – CRIANÇAS BRINCANDO NOS EQUIPAMENTOS NO PARQUINHO DA RUA DAS FLORES .....	39
FIGURA 21 – CRIANÇAS BRINCANDO DE BOLINHA DE GUDE NA PRAÇA DA GRUTA.....	40
FIGURA 22 – ENTORNO DA PRAÇA E PARQUINHO DA GRUTA .....	40
FIGURA 23 – ENTORNO DO PARQUINHO DA RUA DAS FLORES.....	41
FIGURA 24 – CRIANÇAS BRINCANDO E RESSIGNIFICANDO O USO DOS EQUIPAMENTOS .....	41
FIGURA 25 – CRIANÇAS BRINCANDO E RESSIGNIFICANDO O USO DOS EQUIPAMENTOS .....	41
FIGURA 26 – CRIANÇA APONTANDO SEUS GOSTOS PELOS BRINQUEDOS .....	44
FIGURA 27 – CRIANÇA APONTANDO SEUS GOSTOS PELOS BRINQUEDOS .....	44
FIGURA 28 – CRIANÇAS APONTANDO SEUS GOSTOS PELOS BRINQUEDOS .....	45
FIGURA 29 – CRIANÇAS APONTANDO SEUS GOSTOS PELOS BRINQUEDOS .....	45
FIGURA 30 – ÁREA INFANTIL PARQUE DO THABOR E BRÉQUIGNY – PAINEL INDICATIVO.....	53
FIGURA 31 – ÁREA INFANTIL PARQUE DO THABOR – INDICATIVO DE IDADE NOS EQUIPAMENTOS .....	54
FIGURA 32 – ÁREA INFANTIL PARQUE DE BRÉQUIGNY – EXEMPLO DE EQUIPAMENTO.....	54
FIGURA 33– VARIAÇÃO NO MODELO DE GANGORRA EUROPEU BARCELONA, ESPANHA .....	54
FIGURA 34 – MODELO DE BALANÇA EUROPEU BARCELONA, ESPANHA .....	55
FIGURA 35 – MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU BARCELONA, ESPANHA .....	55
FIGURA 36 – MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU BARCELONA, ESPANHA .....	55
FIGURA 37 – MODELO DE GANGORRA ADAPTADO, CURITIBA, PARANÁ.....	56
FIGURA 38 – MODELO DE GIRA-GIRA ADAPTADO, CURITIBA, PARANÁ.....	56

FIGURA 39 – MODELO DE SKATE ADAPTADO, CURITIBA, PARANÁ.....	56
FIGURA 40 – MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU PAINEL EM BRAILE – BARCELONA, ESPANHA .....	57
FIGURA 41 – MODELO DE CAIXA DE AREIA CURITIBA, PARANÁ.....	57
FIGURA 42 – MODELO DE BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL CURITIBA, PARANÁ .....	57
FIGURA 43 – MODELO TREPA- TREPA EUROPEU BARCELONA, ESPANHA.....	58
FIGURA 44 – IMAGENS UTILIZADAS PARA AS CRIANÇAS IDENTIFICAREM O QUE ELAS GOSTAVAM OU NÃO NO PARQUINHO .....	60

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
2.1 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS .....	13
2.2 LAZER, BRINCAR E LUDICIDADE .....	16
2.3 A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AS BRINCADEIRAS INFANTIS .....	19
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>23</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>26</b>
4.1 LÓCUS DO ESTUDO: A CIDADE DE SIQUEIRA CAMPOS .....	26
4.2 CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS .....	27
4.3 PARQUES INFANTIS DO SONHO DE CRIANÇA A REALIDADE .....	32
4.4 FORMAS DE APROPRIAÇÃO.....	38
4.5 PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS.....	42
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>53</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente vivemos em uma sociedade configurada pelas características pós-industriais, no qual o processo de urbanização e os avanços tecnológicos realizaram transformações sociais nas diferentes dimensões da vida humana cultural, social, afetiva.

Os reflexos deste processo incidem também na organização espacial das cidades e nas relações estabelecidas nesse ambiente urbano (SANTANA, 2013), conseqüentemente, observamos “uma intensa desvalorização e redução de espaços públicos’ (MORO, 2012, p.11), com alterações arquitetônicas e urbanísticas que refletem em transformações como, casas com enormes jardins por grandes condomínios, conjuntos habitacionais, avenidas, centros empresariais, indústrias, entre outros.

Apesar dessa realidade, Marcellino et al (2007, p.18) nos aponta que

Mesmo saqueada e esvaziada dos valores do encontro humano, a cidade, no entanto, não é eliminada. Ela resiste, à medida que o valor de uso do espaço não é eliminado de vez. E ele reaparece, entre outras possibilidades, nas práticas de lazer, da perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, do encontro e da convivencialidade, do corpo [...].

Desta maneira, as experiências no âmbito do lazer, nos espaços públicos, tornam-se essenciais, pois caracterizam-se

como um espaço de encontro, de convívio, do encontro com o “novo” e com o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências (PELLEGRIN, 2004, p.74).

Na infância, estas experiências são significativas e na maioria das vezes se materializam no brincar. Tendo a ludicidade como elemento central, é por meio da brincadeira, do jogo, da fantasia do real, que as crianças se desenvolvem protagonistas de suas ações.

Este protagonismo infantil, permite que a criança crie sua própria autonomia, sua identidade corporal, reconheça e desenvolva o seu eu, e ao mesmo tempo possa dialogar com o seu meio, o que gera conseqüentemente experiências e aprendizagens por meio de suas ações e interações.

Desta forma, entendemos como primordial nesse momento, os estudos referentes aos espaços públicos de lazer, destinados as vivências lúdicas, uma vez que estes também sofreram transformações no decorrer dos anos, e

[...] devem proporcionar o máximo de diversidade para que possam contribuir para o desenvolvimento infantil, considerando a criança de forma integral, capaz de vincular sua ação à representação de mundo que constitui sua cultura (MORO, 2012, P.12).

Considerando a criança como sujeito de direitos, e a importância do papel assumido pelos espaços infantis no desenvolvimento dela na atual configuração das cidades bem como o papel das políticas públicas (aliadas à comunidade) para o desenvolvimento destes espaços, **esta pesquisa busca investigar quais mobilizações se fazem necessárias para potencializar as vivências lúdicas da criança nos espaços públicos da cidade de Siqueira Campos PR?**

O lócus do estudo escolhido foi a cidade de Siqueira Campos, no Paraná, devido ao vínculo estabelecido com a cidade, a qual passei a maior parte da minha vida e construí relações permanentes com os sujeitos que lá residem. Por meio das vivências, enquanto criança, e posteriormente com observações, como estudante do curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer, Espaço e Cidade percebi a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre os espaços infantis.

Desse modo o objetivo geral do trabalho pretende investigar quais mobilizações se fazem necessárias para potencializar as vivências lúdicas da criança nos espaços públicos da cidade de Siqueira Campos PR.

Para a materialização da pesquisa, é necessário que sejam traçados objetivos específicos, que aqui serão: (1) Situar referenciais teóricos que discorrem sobre o direito da criança de brincar e o direito ao lazer em espaços públicos como forma de promoção do desenvolvimento humano; (2) Mapear os espaços públicos de lazer destinados ao brincar na cidade de Siqueira Campos-PR, a partir de documentos oficiais. (3) Investigar elementos a respeito da concepção e planejamento desses espaços e equipamentos. (4) Analisar as percepções dos sujeitos referentes aos espaços e equipamentos de lazer destinados às vivências lúdicas da cidade e as formas de apropriação presentes neste espaço.

O interesse pelo tema se deu primeiramente, pelas experiências que obtive no decorrer do curso, que me instigaram a refletir e estudar a criança, e por participar do

Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC), me sensibilizando e inspirando sobre a temática escolhida.

Considerando o direito legal da criança de brincar e do Lazer enquanto direito social previsto na Constituição Federal de 1988, no art. 6º e 227, e de documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), art. 4º e 16, IV, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (CNE/CEB nº 5/2009) e Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 23), na defesa desse direito, a presente pesquisa se justifica como instrumento de possibilidade de reflexão e provocação desse cenário na cidade de Siqueira Campos/PR.

O estudo almeja também contribuir academicamente gerando conhecimentos por meio de subsídios teóricos que possam agregar a trabalhos futuros da área e da formação docente em Educação Física.

Tendo em vista o foco deste trabalho, consideramos pertinente retratar no Capítulo da revisão de literatura, os subcapítulos referentes as seguintes temáticas: (1) A Criança como sujeito de Direitos. (2) Lazer, ludicidade e o brincar. (3) A cidade e os espaços públicos destinados a brincadeira infantil. E na análise posterior, nos pautamos nas categorias: 1. Concepção e Planejamento dos espaços, 2. Organização dos espaços, áreas verdes, mobiliário, segurança, brinquedos e acessibilidade, 3. Formas de apropriação e 4. Percepção dos sujeitos em relação aos espaços.

No último tópico das discussões, levantamos alguns espaços e equipamentos lúdicos, tendo por referência estudos sobre locais que oportunizam experiências diversificadas em outros centros urbanos, que poderiam potencializar o brincar, na cidade de Siqueira Campos/PR.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

Falar da criança como sujeito de direitos, requer a compreensão de que os termos “infância” e “criança” já passaram por diferentes concepções permeadas de tensões, significados e conhecimentos, os quais auxiliaram na construção da identidade e da formação social, cultural e histórica como os compreendemos hoje.

Nessa direção, é necessário também frisar que os termos infância e criança são diferentes semanticamente e conceitualmente, desta forma de acordo com Sarmiento (2005, p. 371 *apud* FERRONATO e BATISTA, 2013, p. 42),

À infância é uma categoria social do tipo “geracional”, e a criança refere-se àquela pessoa concreta que “integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença a um grupo etário próprio, é sempre um ator social que pertence a uma classe social, a um gênero etc.

Ainda segundo Ferronato e Batista (2013, p. 28) “os conceitos de criança são elaborados a partir de concepções de infância, apresentando-se de maneiras distintas e não universais”. Ou seja, a compreensão deste conceito não se delimita a uma única concepção, é construído permanentemente pelas diferentes sociedades, que de acordo com seu contexto concreto, possibilita maneiras específicas de vivenciar a infância.

De acordo com Philippe Ariès (2012), o entendimento de infância e de criança pode ser dividido em dois grandes momentos: antes e depois do século XVII - conforme o autor denominou, ‘na velha sociedade tradicional’ a qual não existia a consciência da infância enquanto um período especial do desenvolvimento humano, com características e especificidades próprias, e nas ‘sociedades industriais’, com a descoberta da infância, como foco da atenção dos adultos.

Na história, até meados do fim do século XX, “a criança era compreendida como um ser vulnerável, incapaz de produção cultural autônoma, personagem ausente ou passiva dos lugares da decisão coletiva” (SARMENTO, 2013, p.37). Diante desse cenário, e a partir deste período começaram a emergir novos estudos e reflexões que apontam a criança como sujeito social e agente cultural, capaz de agir

e refletir sobre suas ações, pertencente a sociedade como qualquer outro, mesmo com a necessidade de proteção e cuidados específicos.

Estes estudos foram materializados no surgimento da Sociologia da Infância, movimento oriundo da França e Inglaterra, que tiveram como precursores Sirota (2001) e Montandon (2001). Apesar de recente em termos de produção e de constituição enquanto área de estudos e pesquisas a Sociologia da Infância contribuiu de maneira significativa para o rompimento da concepção uniformizadora que se admitia até então sobre a infância e instaurou uma nova perspectiva para os estudos em torno do fenômeno social relacionada a esta fase da vida (NASCIMENTO, 2013).

Foi também por meio da implementação de estatutos e documentos oficiais internacionais como a Declaração sobre os Direitos da Criança de Genebra (DDC, 1924); Declaração sobre os Direitos da Criança (DUDC, 1959) e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC, 1989), esta última ratificada no Brasil em 24 de setembro de 1990 (FERRONATO e BATISTA, 2013), que a criança legitima-se como sujeito de direitos.

A convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) foi um marco expressivo e transpôs barreiras relacionadas aos direitos da criança. De acordo com Hammarberg (*apud* SOARES, 1997, p. 106) os direitos da criança estabelecidos na CDC (1989) podem ser classificados como: 1) direitos relativos à provisão: reconhecem-se os direitos sociais (saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura); 2) direitos relativos à proteção: trata-se de proteger a criança da discriminação, abuso físico e sexual, da exploração, da injustiça e do conflito; e 3) direitos relativos à participação: são aqueles direitos civis e políticos, tais como o direito ao nome e à identidade, o direito à liberdade de expressão e de opinião e o direito a tomar decisões em seu proveito.

Sarmento, Abrunhosa e Soares (2007, p. 59) nos apontam que,

A ideia de criança como sujeito de direito, como cidadã, especificamente detentora de um conjunto de direitos de participação, os quais lhe conferem legitimidade para intervir nos assuntos relacionados com a sua vida, embora continue sendo muito pouco referenciada, é uma das principais conquistas que a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) acrescentou a concepção de uma infância ativa e participativa.

No Brasil a “infância iniciou seu processo de reorganização institucional e legal a partir da redemocratização do país incluindo, nas suas perspectivas, mudanças

decisivas em prol dos direitos da criança” (FERRONATO e BATISTA, 2013, p. 89). Para Santos (2000, p. 211),

Entre o século XIX e começo do século XX, foram percebidos novos padrões sociais, culturais e econômicos no Brasil impostos pela modernidade, pela industrialização, pela urbanização e pela crescente marginalização social das camadas populares.

Foi neste cenário conflituoso e incerto que emergiu a necessidade de atenção à criança brasileira, culminando e materializando-se, posteriormente, em Direitos legais presentes na Constituição Federal (1988 art. 277), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), todas visando assegurar os direitos relacionados à infância, que não se deram de forma simples e rápida, mas de maneira complexa e processual, uma vez que ainda se enfrentam dificuldades na materialização de todos esses direitos na prática.

A interpretação das leis voltadas para a infância e adolescência devem ser consideradas de acordo com a sua finalidade social, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e dos adolescentes como pessoas em desenvolvimento (art. 6º, ECA), visando garantir a esses sujeitos seus direitos fundamentais.

Para Canavieira (2010, p.21),

Todas estas concepções acerca da infância, construída historicamente a partir de reflexões, debates e investigações das diversas áreas de conhecimento [...] que coexistem hoje nos diferentes serviços destinados à infância, geram diferentes tipos de representações e práticas relacionadas às crianças, conseqüentemente, diferentes formas de oportunizarmos condições, para que as crianças vivam suas infâncias, e isso é o que institui sua permanente construção social.

Segundo Debortoli *et al.* (2008, *apud* MORO, 2012) o estatuto e os papéis sociais que são atribuídos à infância modificam-se de acordo com o meio social a qual estão inseridas. Ou seja, o conceito de infância e criança apresentados e discutidos no corpo deste texto, nos servem como embasamento teórico, mas não são capazes de abranger todo o fenômeno e as diferentes infâncias presentes nos diferentes contextos sociais, culturais e econômicos, portanto, é necessário que compreendamos as singularidades e pluralidades que envolvem os termos.

Para Sarmiento (2005), a geração da infância apresenta-se num processo contínuo de mudança, de construção e reconstrução por meio das ações internas e externas dos fatores que as constroem. Para este autor

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribui um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente actualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos. (SARMENTO, 2005, p. 366).

Nesse sentido, faz-se necessário e pertinente, continuarmos construindo e discutindo acerca dos assuntos que permeiam os aspectos sociais relacionados a infância e que fazem parte da cultura infantil, como o direito ao brincar e ao lazer experienciado nos espaços públicos, para que essas interações citadas por SARMENTO (2005), ocorram.

Vale ressaltar também que a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, no art. 31 afirma que “Os Estados Partes [países signatários da Convenção Internacional dos Direitos da Criança] reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento, e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística”. A estes cabe ainda o dever de “promover oportunidades adequadas para que a criança, em condições de igualdade, participe plenamente da vida cultural, artística, recreativa e de lazer” (CDC, 1989).

Dessa forma, reiteramos a importância de compreendermos a criança, e as infâncias no âmbito acadêmico e legal, para que possamos garantir e defender os direitos das crianças, referentes ao brincar e ao lazer como forma privilegiada do desenvolvimento humano.

## 2.2 LAZER, BRINCAR E LUDICIDADE

A fim de discutirmos o fenômeno do Lazer, em sua face histórica e cultural, compreendendo-o também como um direito social, partimos do entendimento de que este possui diferentes concepções e uma multiplicidade de significados que foram sendo discutidos e abordados ao longo da história. Isso ocorre devido ao seu caráter interdisciplinar e multifacetado, que permite que diferentes áreas do conhecimento

contribuam significativamente na busca pelo entendimento e compreensão sobre o que é o Lazer (BRAMANTE, 1998).

Ainda para o autor, o Lazer caracteriza-se como um fenômeno típico decorrente, sobretudo, dos efeitos da revolução industrial e, agravado pelo crescente processo de urbanização das cidades [...] (BRAMANTE, 1998, p.10).

Mascarenhas (2004, p. 17), acrescenta que o lazer é um fenômeno “tipicamente moderno” decorrente da “tensão entre o capital e o trabalho” que historicamente, sempre esteve associado às relações de poder e aos interesses de instrumentalização conservadora do chamado tempo livre.

De fato, este fenômeno durante a história, passou por processos de disputas políticas, e interesses sociais advindos dos anseios econômicos de uma cultura capitalista, decorrentes do processo da revolução industrial, que o viam como algo funcional, “colaborando na legitimação e garantia de uma determinada ordem social necessária ao projeto de desenvolvimento econômico capitaneado pelos setores dirigentes de nossa geografia centro-sul.” (MASCARENHAS, 2004, p. 19). Enquanto que

[...] para muitas tendências do movimento operário organizado, o tempo livre era de suma importância, pois significava não apenas a necessária reposição da energia gasta, mas ocasião de desenvolvimento de uma cultura própria e independente dos valores burgueses (Magnani 1994 apud Moro 2012, p. 24).

Nesse sentido, Mascarenhas (2004, p. 12) indica e reforça que “[...] o lazer pode significar uma força de reorganização da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, valores e condutas para o convívio entre os homens”.

Marcellino (1987, p. 19) destaca ainda que o tempo de lazer pode ser:

[...] a alavanca de transformação social, pois é um fenômeno gerado historicamente, do qual podem emergir valores questionadores da sociedade. A admissão da importância do lazer na vida moderna significa, pois, considerá-lo como um espaço privilegiado para a vivência de valores que possam contribuir, enquanto resistência, para mudanças de ordem moral e cultural, imprescindíveis à construção de uma outra realidade social, mais justa e humanizada.

Desta forma, o tempo e o espaço de lazer passam a se configurar no Brasil, na década de 1980 a partir da Constituição Federal de 1988, como um direito social. O

artigo 6.º da Constituição Federal, dada pela Ementa Constitucional n.º 64 de 2010, dispõe os “[...] direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. A Carta Magna Brasileira coloca o lazer lado a lado com a educação, saúde, trabalho, segurança, previdência social, proteção à infância e maternidade e assistência aos desamparados. Tratam-se, pois, de direitos humanos fundamentais. (MORO, 2012, p. 24).

Rechia (2017, p.04) corrobora e contribui conceituando o Lazer como

uma dimensão da vida e, portanto, um fenômeno sociocultural, amplo e complexo, historicamente mutável, central para a análise da sociedade, o qual envolve questões identitárias, políticas, de sociabilidade e desenvolvimento dos sujeitos, numa perspectiva orgânica e processual, o que implica a análise de três polos distintos, porém complementares – espaço, tempo e ludicidade –, potencializados nos ambientes públicos urbanos.

No caso da infância, as experiências de Lazer se materializam de maneira mais contundente no tempo do brincar, o qual necessita de um espaço seguro e adequado, que seja capaz de potencializar a dimensão lúdica e possibilitar o desenvolvimento integral da criança.

Portanto, o ato de brincar, vincula-se à dimensão lúdica potencializando-se no tempo e espaço de lazer, reinventando e produzindo a cultura em que se está inserido. Conforme Rechia (2003, p. 57),

[...] o lúdico vincula-se a práticas e ações que realizam a condição humana, permitindo aos sujeitos enriquecerem suas existências e se comunicarem com a realidade de uma forma mais intensa, na medida em que a fruição criadora e o desfrute da cultura são valorizados.

As diversas formas de brincar possibilitam as crianças

a apropriação de nossa cultura e de outras culturas, a apropriação de conhecimentos escolares, de regras de convívio social, a aprendizagem de algo sobre a vida, sobre o mundo, sobre as pessoas e sobre si mesmo. Brincando, as crianças desenvolvem sua imaginação, seu pensamento, sua corporeidade, sua afetividade e capacidade de se relacionar com o outro de forma ética. Ainda mais: realizam seus sonhos, extravasam seus medos, confrontam seus limites, imitam o mundo adulto e lhe dão novos significados (FRANCO, 2008, p. 198).

Para Santos (2000, p.18),

ao brincar a criança desenvolve um papel decisivo na evolução dos processos de desenvolvimento humano, como maturação e aprendizagem, promovendo processos de socialização e descoberta do mundo.

Tonucci (2005 apud MORO, 2012, p. 28) considera que a brincadeira é uma atividade caracterizada pelo desejo de fazer, compreender, experimentar, descobrir coisas novas, de perceber que se sabe fazer alguma coisa a mais, o que produz satisfação, prazer e aprendizado.

Sabe-se ainda que no universo da brincadeira, permeiam elementos importantes, capazes de limitar ou potencializar as experiências das crianças, dentre eles os brinquedos e os equipamentos, os quais “aparecem como um suporte que estrutura a brincadeira, servem de apoio e orientam a ação lúdica.” (MORO, 2012, p.29). Para Brougère (2003, p. 263), o brinquedo é privilegiado, pois, “[...] por intermédio dele, ao brincar, ao agir, ao imaginar, a criança vai perceber certos elementos conhecidos ou desconhecidos da cultura lúdica inseridos na sua cultura”.

Desta forma, ressaltamos que compreender e discutir os elementos da cultura infantil, torna-se importante, uma vez que entendendo como estes podem contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, e possamos garantir o acesso à espaços e equipamentos de lazer nas cidades.

### 2.3 A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AS BRINCADEIRAS INFANTIS

Na busca não somente pelo reconhecimento dos direitos sociais da criança, discutidos nos capítulos anteriores, mas para que estes se efetivem na prática, devemos pensar também nos espaços urbanos em que as crianças estão inseridas uma vez que de acordo com Horn (2004, p.28) “é no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...]”.

Assim, a cidade se torna um espaço fundamental de debate para o estudo, uma vez que esta, como espaço democrático de direito, deve assegurar em seu planejamento urbano que todos possam vivenciá-la em sua plenitude, contemplando os aspectos fundamentais em relação aos direitos da criança, possibilitando que esta,

por meio de suas experiências e interações com o espaço, possam se desenvolver de forma integral.

Brarda e Ríos (2004, p. 15) argumentam que os sentidos do conceito de cidade podem ser múltiplos e, sobretudo, não se referem somente “a um fenômeno físico ou a um modo de se apropriar do espaço, mas também do lugar onde se produzem inumeráveis interações e experiências do habitar”.

Dentre seus inúmeros objetivos sociais, a cidade possui a demanda de abrigar as pessoas. Ela se obriga a conter no interior de seus ‘muros’, numa diversidade incomensurável, a pluralidade de interesses culturais, sociais, econômicos, políticos, humanos. Nesse sentido, encontramos na cidade a vida urbana em sua mais alta complexidade.

Embora idealmente a cidade seja entendida e deva ser planejada como um espaço de todos, ela também se caracteriza como espaço de disputas e conseqüentemente não consegue contemplar a todos igualmente. De acordo com Santos e Silva (2015, p. 169)

em muitas de suas circunstâncias concretas elas facilitam o acesso ao uso de seus bens a uns grupos e negam ou mesmo os obstruem a outros. Nela alguns são cidadãos autônomos, enquanto outros são transformados em dependentes ou tutelados, cidadãos somente no papel.

Diante dessa diferença de acesso, o planejamento urbano da cidade, torna-se um elemento fundamental pois este perpassa as relações construídas no ambiente, e influência na organização dos sujeitos em relação ao tempo, espaço, as práticas cotidianas e ao nível sócio econômico, educacional e cultural.

Para Jacobs (2000 *apud* MORO, 2012, p. 35),

o planejamento urbano muitas vezes não leva em conta os usos diversificados que um espaço pode oferecer aos sujeitos que vivem na cidade, deixando-os para segundo plano. Percebe-se, então, que as cidades não são planejadas para os cidadãos. O espaço para o convívio torna-se assim cada vez mais raro, dando lugar às ruas, avenidas e estradas, ligando um bairro a outro, uma cidade a outra, em função do comércio.

Nesse sentido, reiteramos a importância de uma cidade democraticamente planejada, uma vez que esta como espaço público, é entendida por Rechia (2015, p. 56) como

espaço vital, necessário para que cada cidadão possa construir sua identidade, realizar seus projetos de vida de forma consciente e criativa, vislumbrando a possibilidade de sonhar com uma vida de qualidade no meio urbano, com direitos fundamentais socialmente reconhecidos e entendimento apurado sobre o significado da cidadania.

Diante de todas as transformações ocorridas nos espaços da cidade, perante o processo de urbanização acelerada, e conseqüentemente a diminuição dos espaços de convívio social, Rechia (2007) relata que na infância as experiências vivenciadas em espaços públicos, de convívio social, se configuram como o pulsar da vida infantil no meio urbano, pois são ambientes privilegiados para potencializar valores éticos indispensáveis ao exercício da cidadania.

Debortoli (2008 *apud* MORO, 2015 p.35) considera a falta de espaços públicos de qualidade para o convívio infantil como um problema da modernidade. O autor avalia

[...] que a complexidade das transformações dos espaços urbanos, especialmente pela mediação de interesses privados, gera impossibilidades de experiências coletivas, que no caso da infância vão ganhando cada vez mais visibilidade pela privatização, pelo isolamento, por uma vida programada e pela cultura do consumo (DEBORTOLI, 2008, p. 25).

Jacobs (2000) também reitera a necessidade de espaços públicos diversificados na cidade, com fins específicos onde as crianças possam brincar e aprender, ou mesmo espaços livres as quais possibilitem o brincar, movimentar-se e adquirir noções de mundo, de modo natural.

Segundo Debortoli (2009, p. 5),

[...] a rua, como espaço público, tem perdido, progressivamente, seu significado coletivo tanto em seus significados históricos e sociais tomados de forma ampla quanto materialmente como espaço ocupado por adultos e crianças, lugar de brincadeiras e encontros. Além do espaço-tempo privado da casa e da família, bem como da escola, as crianças eram reconhecidas pelos adultos, pelos moradores, pelos comerciantes de seus bairros, localidades e comunidades. Progressivamente as presenças sociais das crianças vêm se restringindo aos espaços fechados para conviver com alguns poucos amigos e, talvez, alguns poucos adultos, mudando as formas de relação, institucionalizando especializando as normas, as brincadeiras, os usos do espaço, o encontro entre crianças e adultos, implicando outras redes simbólicas de subordinação cultural.

Entretanto, os espaços públicos de lazer da cidade podem ser considerados adequados ao lazer infantil, para diminuir esse isolamento na vida privada e o conseqüente distanciamento da vida pública, desde que ofereçam segurança, sejam

próximos às casas das crianças e possibilitem a vivência de práticas lúdicas (RECHIA, 2003).

A questão da insegurança é outro fator que também afasta as crianças do brincar no espaço público (Moro, 2015, p. 36). Segundo Bauman (2005, p. 16), poderíamos dizer que “[...] a insegurança moderna é caracterizada pelo medo dos crimes e criminosos. Suspeitamos uns dos outros e de suas intenções e, assim, nos tornamos seres cada vez mais individuais e despreparados para o convívio coletivo”. Segundo Bauman (2005, p. 38), por este motivo:

[...] as cidades atualmente são feitas de muros; barreiras físicas são construídas por todo o lado, ao redor das casas, dos condomínios, dos parques, praças das escolas, a nova estratégia de segurança decide a forma de cada tipo de construção, impondo uma lógica fundada na vigilância a distância.

Desse modo, a partir da literatura estudada, percebe-se a necessidade de se pensar cidades mais humanas, lúdicas e acolhedoras, com atenção especial as “infâncias” e a criança, a fim de que esta possibilite um pleno desenvolvimento cidadão e o acesso democrático aos espaços, o qual todos possam se sentir pertencentes e protagonistas no processo de construção desse meio, integrando-se a ele.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em voga, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, entendida como “aquela onde o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave que tende a analisar seus dados indutivamente (LAKATOS e MARCONI, 1991 *apud* MORO, 2012, p. 49). Tendo como objetivo investigar quais as mobilizações necessárias para potencializar o brincar nos espaços públicos de lazer destinados a infância na cidade de Siqueira Campos, Paraná.

A fim de analisar as percepções dos sujeitos referentes aos espaços e equipamentos de lazer destinados às vivências lúdicas da cidade e as formas de apropriação presentes neste espaço a pesquisa se caracteriza também como descritiva, a qual segundo Gil (2002, p. 42), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Os instrumentos metodológicos que compuseram a pesquisa foram (1) levantamento bibliográfico, (2) mapeamento e registros documentais a partir de fontes oficiais, (3) visita e aplicação do protocolo para os espaços e equipamentos encontrados (4) observações dos espaços e análise por meio de registros em diário de campo e fotográficos da dinâmica dos parques infantis, acompanhado da realização de entrevistas com responsáveis por crianças presentes no local e com as próprias crianças, assim como com o gestor do espaço, e por fim (5) análise correlacional de todos os dados obtidos.

Na primeira fase, buscou-se subsídios teóricos, por meio da revisão de literatura, que auxiliassem na compreensão e discussão de temáticas como (a) A Criança como Sujeito de Direitos, (b) Lazer, Ludicidade, e o brincar, e (c) A cidade e seus espaços públicos destinados as brincadeiras infantis.

Munidos de tais subsídios, realizamos o mapeamento dos espaços públicos destinados as brincadeiras infantis e registros documentais que nos auxiliaram na análise referente a concepção e planejamento desses, a partir de fontes documentais de arquivos públicos disponíveis.

A partir do levantamento dos espaços e registros documentais, o estudo se concentrou na pesquisa de campo com a observação dos parques infantis e aplicação do protocolo, baseado no modelo elaborado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC) e MORO (2012), para análise descritiva dos

espaços e equipamentos encontrados, visando sistematizar informações referentes as características dos espaços, como: dados de identificação, acessibilidade, equipamentos e materiais ofertados a comunidade. Outras questões buscaram levantar dados sobre as condições de uso dos espaços e dos equipamentos (qualidade e manutenção), assim como as formas de apropriação dos mesmos.

Para Minayo (2012, p. 61)

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz a pesquisa social.

Desta forma a fim de obter uma análise mais profunda sobre as percepções dos sujeitos referentes aos espaços e equipamentos destinados às vivências lúdicas da cidade de Siqueira Campos – PR e as formas de apropriação dos mesmos, foram realizadas observações sistemáticas e análise por meio de registros em diário de campo e fotográficos.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com responsáveis por crianças presentes no local, subsidiados pelo roteiro elaborado por MORO (2012), e com as próprias crianças.

De acordo com Soares, Sarmiento e Tomás (2005, p. 49)

Considerar a participação das crianças na investigação é um passo decorrente da construção de uma disciplina das ciências sociais que procura ‘ouvir a voz das crianças’, isto é, que assume que as crianças são actores sociais plenos, competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida e reveladores das realidades sociais onde se inserem.

Assim, a investigação participativa com crianças torna-se um recurso metodológico importante e “permite ilustrar as singularidades mais significativas dos quotidianos da infância, com profundidade, riqueza e realismo da informação e análise” (CHAMBERNS, 1994 *apud* Soares, Sarmiento e Tomás, 2005, p.55).

Segundo Heron (1996 *apud* Soares, Sarmiento e Tomás, 2005, p.56) a investigação participativa,

além de ter uma dimensão irrecusavelmente política, dado que é mais um passo para a construção de um espaço de cidadania da infância, um espaço onde a criança está presente ou faz parte da mesma, mas, para além do mais, um espaço onde a sua acção é tida em conta e é indispensável para o desenvolvimento da investigação (HERON, 1996).

Portanto, utilizamos como estratégia ilustrações figurativas que remetem opinião positiva e negativa para que as crianças identificassem e colassem nos equipamentos que mais gostaram do espaço e dos que elas menos gostaram, para o registro das opiniões foram realizadas fotografias. Por meio da conversa buscamos também compreender o que as crianças gostariam que tivessem nesse espaço.

Por fim, na última fase deste estudo, que se encontra no próximo capítulo, nos propomos a analisar todos os dados obtidos a partir dos instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Para que o objetivo do estudo proposto fosse alcançado, percorremos caminhos metodológicos que contribuíram de maneira significativa para que chegássemos às análises e pudéssemos compreender as características e particularidades do contexto e da realidade dos espaços observados na cidade de Siqueira Campos- PR.

Desse modo, apresentamos alguns dados sobre a cidade e elencamos quatro pontos-chaves para a discussão, os quais complementam-se e nos auxiliam a fim de que busquemos alternativas para que os espaços públicos de lazer destinados à infância sejam potencializados a partir das análises. São elas 1. Concepção e Planejamento dos espaços, 2. Parques infantis do sonho de criança a realidade: organização dos espaços, áreas verdes, segurança, brinquedos e acessibilidade, 3. Formas de apropriação, e por fim 4. Percepção dos sujeitos em relação aos espaços. No último tópico das discussões, levantamos alguns espaços e equipamentos lúdicos, tendo por referência estudos sobre locais que oportunizam experiências diversificadas em outros centros urbanos, que poderiam potencializar o brincar, na cidade de Siqueira Campos/PR.

### 4.1 LÓCUS DO ESTUDO: A CIDADE DE SIQUEIRA CAMPOS

A fim de analisar questões referentes ao processo de concepção e planejamento dos espaços públicos de Lazer destinados à infância na cidade de Siqueira Campos- PR, assim como também a quantidade de parquinhos que há na cidade, onde eles se localizam, qual departamento ou gestor responsável por estes espaços, e outros dados sobre a cidade, apresentamos um breve contexto da cidade pesquisada.

O município de Siqueira Campos, localiza-se na região Sul do Brasil, no norte do estado do Paraná (FIGURA 1), e situa-se a aproximadamente 314 quilômetros de distância da capital paranaense, Curitiba.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), Siqueira Campos conta com uma população estimada em 20.778 habitantes, sendo desta, 13.424 residente no meio urbano e 5.030 no meio rural, e apresenta densidade demográfica média de 74,44 habitantes por quilômetro quadrado (IPARDES, 2018).

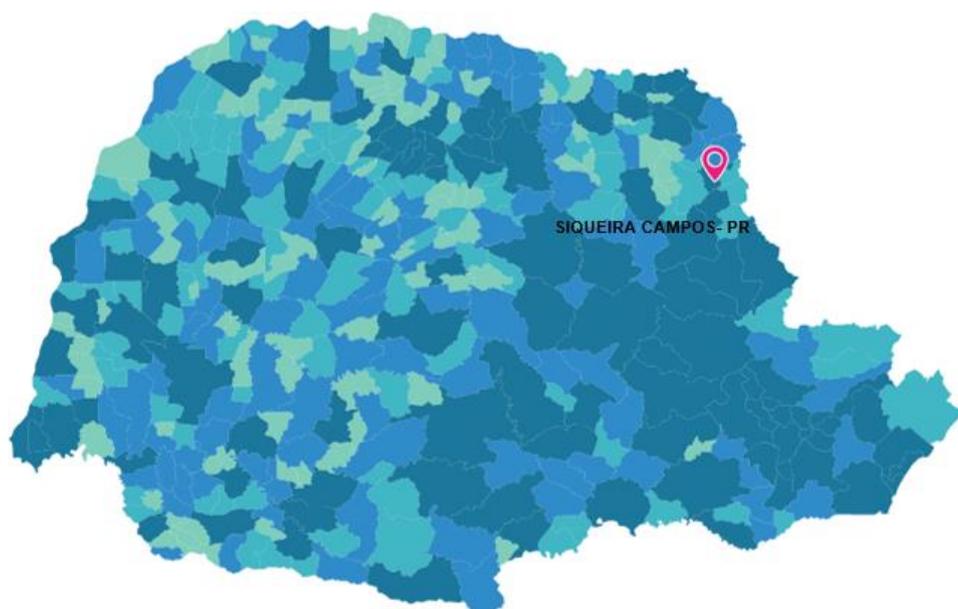


FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE SIQUEIRA CAMPOS  
FONTE: IBGE (2018).

Um dado representativo sobre a cidade é o índice de desenvolvimento humano (IDHM) que de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a cidade possui a nota 0,704 (o índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto), sendo assim a cidade classifica-se com alto índice de desenvolvimento humano.

#### 4.2 CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS

Para darmos início as análises dos espaços, nos direcionamos à sede da Prefeitura Municipal e em conversa com os agentes públicos, constatamos conforme registro em diário de campo, que não havia a existência de um mapeamento dos parquinhos e que eles não sabiam nos dizer quantos ou onde se localizam. Obtivemos informação também de que não existe um responsável pelos espaços pesquisados dentro da prefeitura, só há manutenção dos parquinhos já existentes construídos por gestões anteriores, impossibilitando dessa forma a realização da entrevista com um gestor responsável pelos espaços pesquisados. (Diário de campo 01 – 23/07/2018).

Quando questionamos sobre a reforma dos parquinhos, nos informaram que elas ocorrem por meio de convênios através dos vereadores. Durante essa conversa,

a agente pública disponibilizou documentos como: Escritura do terreno e da planta do “Parquinho da Rua das Flores” e a planta da “Academia ao ar livre”, os únicos registros levantados de fontes oficiais sobre os espaços pesquisados.

Convergindo a essas informações, Moro (2012) em seu estudo relata que em relação as políticas públicas para a infância, percebe-se que os espaços públicos de lazer destinados exclusivamente às brincadeiras infantis, em parques e praças no Brasil, não são valorizados pelo poder público, ficando muitas vezes em segundo plano quando se pensa em manutenção, diversidade, segurança e desenvolvimento. O que podemos constatar que também é uma realidade na cidade em questão, por meio dos relatos, conversas e observações ocorridas durante a pesquisa com o poder público local e o contexto dos parques.

Para Pelegrin (1996, p. 35),

[...] cabe as prefeituras, secretarias e aos órgãos públicos da administração em geral, a busca de soluções para realizar transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo, que seja levada em conta a apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano como um todo e, mais especificamente, com o espaço de Lazer . E para que isso se viabilize, é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população.

Como forma de viabilizar essa realidade, percebe-se a necessidade de campanhas de educação e orientação da população para que exerça sua cidadania, reivindicando seus direitos, como a construção de novos espaços de lazer e conservação e manutenção dos já existentes (RECHIA, 2009 apud Moro, 2012, p. 95). A gestão pública tem o dever de fomentar a participação popular e oferecer as mesmas condições de estrutura a todos os parques da cidade, independente dos locais onde estão localizados. (MORO, 2012, p. 95).

Devido à falta de informação proveniente de fontes oficiais, necessitamos mapear os espaços públicos de Lazer, destinados ao público infantil, a partir de referências próprias. Visitamos quatro espaços destinados ao brincar (FIGURA 2) e aplicamos o “Protocolo de Observação dos espaços, equipamentos e atividades de lazer do GEPLC” (Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade). A seguir descreverei sucintamente estes locais.

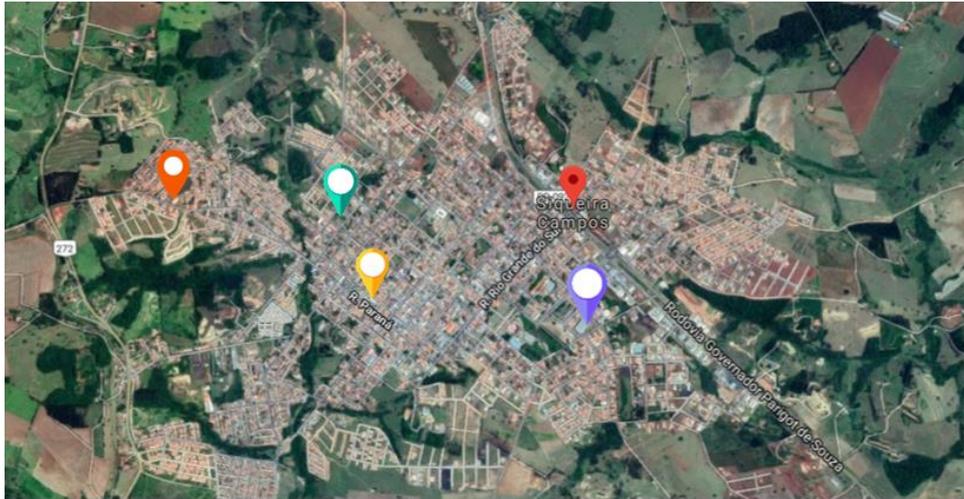


FIGURA 02 – MAPA DE SIQUEIRA CAMPOS E LOCALIZAÇÃO DOS PARQUINHOS  
FONTE: MAPS (2018).

### Espaço 01 (vetor laranja) – “Centro Esportivo Jardim Planalto”

Ao nos destinarmos ao “Centro de Esportes do Jardim Planalto”, nos deparamos com um espaço abandonado, depredado e sem manutenção. Os brinquedos infantis já não se encontravam mais lá, o que restou foi uma quadra de areia, alguns bancos debaixo de uma cobertura com mesas quebradas e um banheiro sem condições de uso, e mesmo assim haviam 3 crianças no espaço aberto brincando com pipas. (Diário de campo 01 – 23/07/2018).



FIGURA 03 E FIGURA 04 – CENTRO ESPORTIVO JARDIM PLANALTO  
FONTE: CORREIA (2018).

### Espaço 02 (vetor verde) – “Praça da Gruta”

O segundo espaço observado foi o “Praça da Gruta”, este aplicamos o protocolo e constatamos durante a permanência no espaço que o parquinho e a praça são apropriados por diversos sujeitos, crianças, adultos com média de idade de 45 anos, com diferentes formas de apropriação. Havia em torno de 15 crianças e 9 adultos, nesse dia havia também alguns agentes da prefeitura realizando a manutenção do espaço com o corte da grama. (Diário de campo 01 – 23/07/2018).



FIGURA 05 E FIGURA 06 – PRAÇA DA GRUTA E PARQUINHO DA GRUTA  
FONTE: CORREIA (2018).

### Espaço 03 (vetor amarelo) – “Parquinho da rua das flores”

O terceiro espaço localizado na Rua da Flores, é o parquinho central da cidade. Estavam lá 6 crianças e 3 adultos. O espaço é de piso de areia e possui equipamentos como balanço, escorregador, gangorra, etc. Alguns adultos estavam sentados no banco conversando e observando as crianças que brincavam na areia, enquanto outro responsável observava de perto. As fotos a seguir foram tiradas com autorização dos responsáveis. (Diário de campo 01 – 23/07/2018).



FIGURA 07 E 08- PARQUINHO DA RUA DAS FLORES  
 FONTE: CORREIA (2018)

Espaço 04 (vetor azul) – “Parquinho da Academia ao ar livre”

Este espaço, é um anexo da Academia ao ar Livre, onde os equipamentos ficam no entorno do Ginásio de Esportes Municipal Raulino Ceccon, disponível a população durante todo o tempo, pois não possuem cercados ou grades delimitando tempo de uso. Não foram observadas crianças nos equipamentos infantis, somente adultos caminhando nas ruas que contornam o espaço e na academia disponibilizada pela prefeitura.



FIGURA 09 – PLANTA ACADEMIA AO AR LIVRE  
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS (2018)



FIGURA 10 E FIGURA 11 – PARQUINHO E ACADEMIA AO AR LIVRE  
FONTE: CORREIA (2018)

Após o mapeamento dos espaços e aplicação do protocolo, discutiremos os demais temas propostos, 2. Organização dos espaços, áreas verdes, segurança, brinquedos e acessibilidade. 3. Formas de apropriação, e 4. Percepção dos sujeitos em relação aos espaços, tendo como foco as observações realizadas nos “Parquinho da Gruta” e da “Rua das Flores”, uma vez que encontramos um maior número de crianças apropriando-se desses espaços públicos de lazer em relação aos demais espaços listados acima.

#### 4.3 PARQUES INFANTIS DO SONHO DE CRIANÇA A REALIDADE

Neste subcapítulo analisaremos a organização dos espaços pesquisados, bem como as áreas verdes, a segurança, os brinquedos e a acessibilidade dos mesmos.

Entendemos como primordial nesse estudo a organização dos espaços destinados as brincadeiras infantis, uma vez que as experiências do brincar podem ser potencializadas a partir de um espaço pensado e projetado para e com a participação das crianças, a fim de que atendam as suas necessidades, expectativas e auxiliem no desenvolvimento integral, levando em consideração suas especificidades e capacidades físicas, psicológicas, sociais e habilidades motoras.

A criação de espaços urbanos para a brincadeira e o ócio é um trabalho que implica a confluência de diversas perspectivas: a arquitetônica e estritamente urbanística, a demográfica, a econômica e também a pedagógica. [...] qualquer intervenção para configurar os espaços de brincadeira e os elementos que estes contêm deve se basear no conhecimento da realidade da brincadeira infantil. (PUIG E TRILHA, 2004, p. 147)

Diante das mudanças ocorridas e já debatidas no corpo desse trabalho nos espaços da cidade, os parquinhos infantis tornaram-se os pontos de referências para que as crianças brinquem de forma mais livre e autônoma, portanto compreender como eles estão organizados torna-se uma tarefa imprescindível nesta análise.

Conforme Rechia (2003), “[...] atualmente não é necessário ser um especialista em arquitetura ou urbanismo para perceber que muitos espaços públicos urbanos no Brasil são dotados de um mesmo modelo.

De acordo com essa afirmação, percebemos que os dois parquinhos analisados dispõem de uma infraestrutura muito semelhante, com brinquedos de material, tamanho, e cores similares como: o balanço, a gangorra e o escorregador, dispostos em áreas relativamente pequenas, aproximadamente 450m<sup>2</sup>, e em piso de areia.



FIGURA 12 E FIGURA 13 – ORGANIZAÇÃO DOS PARQUINHOS  
FONTE: CORREIA (2018)

Em relação ao piso de areia, notamos que os mesmos apresentam problemas quanto a manutenção e limpeza. Uma vez que a circulação de cachorros no espaço é livre, conforme relatado no diário de campo “Há um mal cheiro na areia do parquinho, aparentemente este cheiro está relacionado aos cachorros que circulam livremente pela areia, onde também encontramos lixos jogados.” (Diário de campo 04 – 27/07/2018).



FIGURA 14- ORGANIZAÇÃO DO PARQUINHO DA GRUTA  
FONTE: CORREIA (2018)

### Segundo o estudo de Ribeiro

[...] a areia como cobertura de parques, que por sua vez são utilizados como recurso de lazer pelas crianças, as quais mantêm um contato direto e intenso representa uma fonte potencial de reservatório de fungos prejudiciais a saúde dos sujeitos (RIBEIRO, 2009, p. 43).

Moro (2012), em sua pesquisa, problematiza a questão levando em consideração que estes pisos, apesar da falta de manutenção e dos problemas, ainda são muito utilizados pelas crianças como elemento lúdico para brincarem. Algumas imagens registradas nas observações vão ao encontro da afirmação anterior como podemos perceber.



FIGURA 15 – CRIANÇAS BRINCANDO COM AREIA  
FONTE: CORREIA (2018)

Desta forma a troca total do piso poderia acarretar uma perda para elas. Assim, a autora propõe uma possibilidade de os parques possuírem um espaço exclusivo dedicado às brincadeiras com areia, desvinculado da função de piso (MORO, 2012, p.70), deixando claro que ainda assim seriam necessários os cuidados de manutenção e higiene, melhorando significativamente os espaços dos parques infantis.

Sobre as áreas verdes, observamos que ambos os espaços (Praça da Gruta e Parquinho da Rua das Flores) não possibilitam aos usuários um contato com a natureza de forma significativa, apesar de um espaço obter mais áreas verdes do que o outro, esta ausência consequentemente interfere negativamente no uso e apropriação dos espaços, como podemos perceber a partir do registro do diário de campo e das imagens

As crianças do parquinho foram brincar no gira-gira, mas logo em seguida o menino convida a outra criança para brincarem no trenzinho por causa da sombra e começam a brincar de faz-de-conta [...] (Diário de campo 03 – 25/07/2018)

Nesta passagem em que as crianças mudam de espaço e de brincadeira, entende-se que esta mudança pode ter sido ocasionada devido ao sol e calor que fazia na área do gira-gira, diferentemente da sombra que tomava o trenzinho, em consequência das árvores dispostas próxima do brinquedo.

E também em outro registro

Neste dia me dirigi ao parquinho central as 14h da tarde, logo quando cheguei haviam três crianças juntos com seus responsáveis, todas procurando os espaços onde havia sombra da árvore para brincarem (Diário de campo 04 – 27/07/2018).

O contato com elementos da natureza oportuniza situações às crianças de modo que, ao brincarem nesse espaço, o corpo passa a sentir e experimentar outras experiências e sensações, por meio dos cheiros, toques e sons, peculiaridades proporcionadas por ambientes que estreitam a relação ser humano e natureza e que instigam a curiosidade, imaginação, criação e a descoberta por parte das crianças. Moro (2012, p.53) reitera

associação entre a preservação das áreas verdes urbanas e as áreas construídas é essencial para a qualidade de vida dos cidadãos, pois

possibilita o contato com a natureza, consigo mesmo e com os outros, contribuindo para uma vida de qualidade para todos, principalmente para as crianças, que desde pequenas estarão habituadas a este convívio, ampliando experiências e construindo conhecimentos diversificados sobre o meio social e natural, que futuramente poderão resultar em uma nova geração que conheça e compreenda melhor a natureza, tratando-a com respeito e admiração e reconhecendo-se parte integrante dela.



FIGURA 16 E FIGURA 17 – PARQUINHO E ÁREAS VERDES DISPONÍVEIS  
FONTE: CORREIA (2018)

A segurança dos espaços encontra-se negligenciada, uma vez que no Parquinho da Rua das Flores havia um brinquedo quebrado e a iluminação ao entardecer mostrou-se ineficiente para garantir a segurança dos sujeitos, como consequência disso o parquinho logo se esvaziou em torno das 18h30, mesmo estando disponível para uso até as 21h, desse modo o esvaziamento do espaço público contribui também para gerar um certo sentimento de insegurança e desapropriação do mesmo em determinados horários.

Mais segurança e manutenção dos brinquedos foram um dos principais itens solicitados pelos responsáveis nas entrevistas realizadas.



FIGURA 18- ILUMINAÇÃO PARQUINHO DA RUA DAS FLORES  
FONTE: CORREIA (2018)



FIGURA 19 – BRINQUEDO QUEBRADO PARQUINHO DA RUA DAS FLORES  
FONTE: CORREIA (2018)

Quanto aos brinquedos disponíveis nos espaços, percebemos que todos são modelos caracterizados como unifuncionais, ou seja aqueles criados para determinado fim, separados no espaço. São eles: gangorra, trepa-trepa, balanço, escorregador, gira-gira e túnel de cimento. Os materiais que os constituem variam entre metal, alumínio e madeira, e em sua maioria são coloridos.

Nesse sentido, seria importante no planejamento desses espaços, brinquedos multifuncionais, uma vez que estes segundo Moro (2012, p.88),

apresentaram-se de maneira estimulante, são coloridos, com diferentes formas, possibilitam mais a diversidade de brincadeiras, formas de exploração do corpo, além de possibilitarem um convívio mais coletivo das crianças, que ao mesmo tempo em que exploram os brinquedos têm a chance de se sociabilizarem entre si, criando certas normas de convívio, como a necessidade de esperar a vez, de dividir o espaço e de ajudar um colega, fundamentais para o desenvolvimento futuro.

Porém como não foram contemplados e pensados para os espaços analisados, acabam demilitando de certa forma o potencial lúdico das crianças. Laufer (2001, p. 24), reafirma dizendo que [...] os espaços de lazer precisam ser capazes de atrair as crianças por seus aspectos de segurança, forma, cor e ludicidade”.

É necessário que haja uma equipe com profissionais de várias áreas, dialogando constantemente para planejar os espaços e brinquedos dos parques infantis, assim como necessita contar com a participação de pais, crianças e demais interessados no assunto, para que baseados nas produções científicas e no desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre tal temática, busquem o planejamento e a implantação de espaços e brinquedos significativos, que as crianças possam re-significar, transformar, propor, recriar, explorar e modificar. É um trabalho que requer escuta e diálogo,

teorias, estudos e observação das necessidades e dos interesses. (MORO, 2012, p. 92).

Nesse sentido, buscamos levantar algumas alternativas de espaços e equipamentos (Anexo 1), que podem potencializem o brincar, na cidade de Siqueira Campos/PR, tendo por referência estudos sobre locais que oportunizam experiências diversificadas em outros centros urbanos, bem como as percepções dos sujeitos que frequentam esses espaços.

Em relação a acessibilidade e aos brinquedos adaptados, foi constatado por meio das observações que não há nenhum brinquedo adaptado, o que contradiz a lei n.º 11.982/09 de abrangência nacional, que garante que os brinquedos e equipamentos dos parques públicos ou privados deverão ser adaptados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em ao menos cinco por cento de cada brinquedo. Assim como devem possuir identificação de brinquedos adaptados. Segundo Laufer (2001, p. 01), na introdução de seu trabalho,

[...] para a criança deficiente, a importância das brincadeiras ao ar livre é ainda maior, pois além de ser um modo de lazer, é também uma forma de reabilitação. Contudo, para que a criança deficiente usufrua do lazer com segurança, deve-se adequar os locais e equipamentos para transformá-los em ferramentas úteis, em vez de obstáculos aos seus usuários, eliminando a discriminação as pessoas incapazes, ocasionadas por barreiras físicas e/ou sociais.

Já as rampas de acessibilidade, foram observadas em ambos os parquinhos, porém não garantem sozinhas a permanência e apropriação das crianças com deficiência.

#### 4. 4 FORMAS DE APROPRIAÇÃO

Para iniciarmos as discussões referentes as formas de apropriação dos espaços, elucidamos “que a apropriação do espaço se dá a partir das formas de estar e de interação dos sujeitos em um determinado lugar, em um determinado tempo” (MORO, 2012, p. 114), e que essa apropriação pode resultar, caso ocorra de forma positiva, num sentimento de pertencimento e identificação do sujeito com o espaço.

Nessa perspectiva, durante a permanência nos espaços destinados as vivências lúdicas do brincar na cidade de Siqueira Campos, foi possível observar diferentes formas de apropriação no brincar das crianças. Dos 4 (quatro) espaços

pesquisados, notamos que os identificados com maior número de crianças se apropriando do espaço infantil foram: a Praça da Gruta e o Parquinho da Rua das Flores.

De acordo com os relatos descritos no diário de campo, observamos que na Praça da Gruta as crianças concentram-se mais no entorno do Parquinho infantil, ou seja, se apropriam do entorno para práticas de brincadeiras tradicionais, as quais remetem à tradição de determinada cultura, e possuem sentidos e significados próprios que podem variar de uma geração para outra e de região para região, como a bolinha de gude, pipa, estilingue, futebol e pega-pega, porém não deixam de utilizar o parquinho e os brinquedos. Enquanto que no outro parquinho, por haver uma delimitação do espaço e uma maior presença de crianças com faixas etárias menores, caracterizaram-se mais brincadeiras com areia e faz-de-conta, com materiais trazidos de casa pelas próprias crianças, e também uso dos equipamentos dispostos no parquinho, principalmente o balanço e o escorregador.



FIGURA 20 – CRIANÇAS BRINCANDO NOS EQUIPAMENTOS NO PARQUINHO DA RUA DAS FLORES  
FONTE: CORREIA (2018)



FIGURA 21 – CRIANÇAS BRINCANDO DE BOLINHA DE GUDE NA PRAÇA DA GRUTA  
FONTE: CORREIA (2018)

Houve uma grande diferença dos espaços em relação a autonomia das crianças ao se deslocarem até aos parquinhos, uma vez que na Praça da Gruta a maioria das crianças se direcionavam a ela sem o acompanhamento dos pais ou responsáveis, de forma autônoma, e se reuniam por meio dos grupos de afinidade para juntos brincarem durante a tarde, enquanto no outro espaço as crianças estavam sempre acompanhadas de um responsável.

Isso possivelmente ocorre devido a localização dos espaços, enquanto o primeiro localiza-se em um bairro afastado do centro, com pouco movimento de carros nas ruas e predominantemente com residências no entorno, o segundo apresenta comércio e ruas movimentadas pois localiza-se no centro da cidade, conforme as fotos a baixo.



FIGURA 22 – ENTORNO DA PRAÇA E PARQUINHO DA GRUTA  
FONTE: CORREIA (2018)



FIGURA 23 – ENTORNO DO PARQUINHO DA RUA DAS FLORES  
FONTE: CORREIA (2018)

Destacamos também as formas de apropriação nos próprios equipamentos disponíveis nos parquinhos, os quais mesmo com objetivos e fins pré-determinados de uso, foram ressignificados pelas crianças de diversas maneiras, por meio dos sentidos estabelecidos a partir da imaginação e criatividade das crianças. Portanto é necessário e importante que os espaços possuam uma diversidade de brinquedos disponíveis, para que estes proporcionem momentos e movimentos que auxiliem no desenvolvimento integral da criança e contribua no processo de formação cultural.



FIGURA 24 E FIGURA 25 – CRIANÇAS BRINCANDO E RESSIGNIFICANDO O USO DOS EQUIPAMENTOS  
FONTE: CORREIA (2018)

Desta forma, a partir dessas análises podemos considerar que dentro das limitações e barreiras impostas as crianças no uso dos espaços, estas ainda são capazes de apropriar-se e criar ambientes próprios, ressignificando muitas vezes os espaços disponíveis a elas como forma de lidar com a situação e reafirmar a tentativa

de se sentirem pertencentes, menos invisíveis e resistirem aos processos de demarcação dos espaços, tempos e das relações na cidade.

Falta pensar um espaço mais lúdico e acolhedor, com diferentes brinquedos, que desafiem as crianças e que as integre socialmente, a fim de que se sintam mais pertencentes e seguras.

#### 4.5 PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS

Para que pudéssemos analisar da melhor forma a percepção dos sujeitos que frequentam esses espaços, elaboramos um Roteiro de entrevista semiestruturada direcionada primeiramente aos pais (anexo 2) e depois, com a autorização destes, com as crianças (anexo 3). Para que a entrevista com as crianças se aproximasse da linguagem da cultura infantil, foram confeccionadas figuras ilustrativas, em que elas poderiam de forma mais natural responder o que se pretendia compreender no estudo.

Foram realizadas 9 entrevistas com responsáveis e 12 entrevistas com as crianças. Ressaltamos que durante a permanência no espaço foi difícil realizar as entrevistas uma vez que como já discutido, na Praça da Gruta as crianças costumam se direcionar a praça sozinhas, portanto para que estas fossem entrevistadas era necessário a autorização do acompanhante. Porém esse pequeno número de entrevistados nos leva a uma outra discussão sobre a liberdade que as crianças que moram no interior, em cidades pequenas, possuem no ir e vir, no tempo do brincar, na autonomia e decisão de quais espaços ocupar. A praça torna-se uma extensão do quintal da casa das crianças.

Em relação ao deslocamento até os parquinhos, foi possível perceber por meio da análise dos dados que a maioria se desloca a pé com as crianças até o espaço, o que nos permite inferir que as pessoas moram próximas. Em todas as entrevistas realizadas os responsáveis nos responderam que a iniciativa de ir até o parquinho são das crianças e que eles costumam frequentar o espaço em média mais de duas vezes na semana.

Conforme relatado acima, percebemos que as crianças que possuem espaços de lazer próximos de casa, desfrutam de uma liberdade e autonomia maior, desse modo, a convivência com o outro, as relações estabelecidas com os pares e com os espaços da cidade se potencializam na medida que é colocado em prática um direito

garantido por lei, e esta liberdade e apropriação do espaço público pelos sujeitos que o constroem por meio das interações, ações e relações permanentemente, humaniza o espaço da cidade.

Sobre as sugestões dos responsáveis para potencializar o parquinho, percebe-se que a maioria destes se preocupam em assegurar que estes possam garantir segurança, manutenção e limpeza do espaço, enquanto poucos analisam a concepção e escolha dos brinquedos. Quanto a estes dados, alguns apontaram a necessidade de melhorias, mas não conseguiram na pergunta posterior identificar o que precisava ser melhorado.

Acreditamos que isso ocorreu devido ao estreito leque de oportunidades e opções que lhes são oferecidos. Para o ser humano, o apetite da vida está estreitamente ligado ao menu que lhe é oferecido (WITIER, 1997, apud MINAYO, HARTZ e BUSS, 2000). Nesse sentido nos perguntamos será que o menu oferecido pelas políticas públicas, referente aos espaços e equipamentos de lazer e cultura de Siqueira Campos, atende ao apetite da vida, para todos em todos os lugares?

Nossa hipótese é de que o leque oferecido não atende, e além disso restringe o olhar para com a cidade, uma vez que impossibilita apropriação do sujeito de forma potencializada, diminuindo o sentimento de pertencimento deste para com o espaço, e evidencia certos usos e costumes determinados, influenciados pelos processos de globalização e industrialização nas cidades, como atribuição do tempo de forma normativa e padronizada, assim como das formas de habitar, do uso de espaços públicos, das maneiras de realizar práticas corporais, das definições dos espaços de circulação, de trabalho, entre outras delimitações culturalmente impostas e reafirmadas pela falta de oportunidades para materialização das experiências de Lazer, devido a falta de políticas públicas, e naturalmente aceitas pela população por consequência da “automatização” da vida.

Os responsáveis também relataram a necessidade de brinquedos diferentes, com maior variedade de idades, que desafiassem mais as crianças, outros, no entanto apontaram que os que já existem no espaço estavam bons e satisfaziam.

Já na entrevista com as crianças, percebe-se que o objetivo único e exclusivo na opinião deles para irem até os parques é o brincar e compreendemos este como

essencialmente um direito de liberdade da criança, que é reconhecida com interesses, desejos e vontades muito singulares. Por isso, deve ser garantido, já que é sua realidade, bem como um elemento indispensável para que ela

se desenvolva de forma plena e saudável. (FERRONATO e BATISTA, 2013, p. 127).

Desse modo, o brincar como um direito da liberdade deve contar com o apoio, o respeito e o incentivo de todos os que os cercam.

Vários foram os brinquedos que as crianças apontavam dizendo que gostavam e não gostavam, porém houve uma certa predominância pelo escorregador e o balanço, e a gangorra apareceu como brinquedo que menos gostavam. Assim, percebemos que o tradicional “trio de ferro” (balanço, gangorra e escorregador), que um dia foi o principal equipamento dos parquinhos infantis, hoje já não atende tão bem as expectativas das crianças, porém ainda aparecem de certo modo como relevantes pois no contexto no qual estão inseridas, estas são as referências de brinquedos que as crianças possuem como possibilidade ofertadas na cidade.

Dentre os brinquedos sugeridos pelas crianças, percebemos que as crianças direcionam as suas respostas conforme suas experiências e referências anteriores, dessa forma apareceram a cama elástica com maior incidência, a casinha na árvore, parede de escaladas e piscina de bolinha.



FIGURA 26 E FIGURA 27 – CRIANÇA APONTANDO SEUS GOSTOS PELOS BRINQUEDOS  
FONTE: CORREIA (2018)



FIGURA 28 E FIGURA 29 – CRIANÇAS APONTANDO SEUS GOSTOS PELOS BRINQUEDOS  
FONTE: CORREIA (2018)

Vemos o brinquedo, entendido aqui também como equipamento, como um suporte que estrutura a brincadeira, assim como a maior parte dos objetos da cultura.

Por intermédio do brinquedo, ao brincar, ao agir, ao imaginar, o usuário vai receber certos elementos conhecidos ou desconhecidos da cultura lúdica. Por isso o brinquedo propõe à criança uma atividade fundamental na nossa sociedade: o uso de um suporte não humano para ter acesso a certos aspectos da cultura. (BROUGÉRE, 2004, p. 263).

Ou seja, ele é um extraordinário concentrado de cultura e de uma cultura lúdica. Essa cultura pode ser transmitida de diversas formas, como por meio dos brinquedos, que podem trazer inovações, mas que, na maioria das vezes como pudemos observar nesses espaços, apenas transmitem modelos tradicionais e ultrapassados, no máximo parcialmente renovados (BROUGÉRE, 2004).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida nesse estudo, nos instigaram a refletir sobre aspectos importantes da cultura local dos espaços pesquisados, nos trouxe ao encontro de sujeitos, histórias e aprendizados.

Percebemos os encantos das diferentes infâncias e a necessidade de continuarmos lutando para garantir os direitos reconhecidos por lei a elas. Compreendemos a importância do brincar e dos momentos de lazer para o desenvolvimento integral destas, uma vez que estas experiências, em espaços públicos, tornam-se essenciais, pois caracterizam-se

como um espaço de encontro, de convívio, do encontro com o “novo” e com o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências (PELLEGRIN, 2004, p.74).

E ainda, mesmo diante de todas as transformações ocorridas nos espaços da cidade, perante o processo de globalização, acreditamos que o lazer, o brincar e as experiências lúdicas sejam possibilidades para a transformação de uma sociedade mais humana, e a cidade como espaço compartilhado de ideias, sonhos, realizações e materialização de todos estes, “dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. A vivência nela se constitui num espaço cultural de aprendizagem permanente por si só [...]” (GADOTTI, 2006, p.234). Pensar o meio urbano como espaço educativo, nos faz refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento humano integral, em transpor as barreiras da educação formal.

Além disso, é necessário a participação da sociedade nos processos de decisão relacionadas aos espaços públicos, permitindo uma participação mais democrática, desse modo vemos a contribuição das crianças e dos responsáveis nesse estudo como primordial para que pudéssemos compreender o real contexto e perceber quais eram as necessidades e desejos dessa comunidade para com os espaços. Bruhns (1997, p.43) nos explica que “[...] quando o indivíduo participa na organização e utilização do meio ambiente, maior identidade e intimidade se estabelecerá com esse meio, com uma melhor compreensão dos problemas presentes”, e também com maior sentimento de pertencimento, aumentando significativamente as chances de apropriação.

Esta pesquisa possibilitou uma análise dos espaços públicos destinados as brincadeiras lúdicas infantis para que pudéssemos compreender quais eram as mobilizações necessárias para que estes fossem potencializadas. Nesse sentido, entendemos que para que estes espaços sejam potencializados são necessárias medidas, que permeiam a ação do poder público e o ativismo social dos cidadãos, políticas públicas mais precisas que sejam capazes de melhorar a infraestrutura e conservação dos equipamentos lúdicos, propor novas concepção e planejamento inovadores, pautados em pesquisas, em estudos e nos anseios dos cidadãos (crianças, jovens, adultos, idosos), criação de novos espaços de lazer que contemplem um acesso mais democrático a toda população. Que estes espaços possam garantir aspectos relacionados a questões de segurança, áreas verdes e brinquedos que desafiem o potencial lúdico das crianças e oportunizem a acessibilidade de participação de todos, respeitando as diferenças, as assimetrias sociais e o contexto social multicultural.

No entanto, corroboro com as afirmações de Moro (2012, p.132) quando a autora defende que

essas mudanças só serão efetivadas quando a sociedade observar e entender dois pontos importantes: o primeiro de que as crianças são atores sociais de pleno direito, sujeitos que interagem com o mundo criando formas próprias de interação e compreensão, tornando-se parte da sociedade, e não pessoas de menor importância, sujeitos passivos que absorvem e aprendem apenas com a vida adulta; e o segundo quando for possível compreender o espaço infantil como espaço essencial para o desenvolvimento, e não como acessório opcional.

Podemos considerar que dentro das limitações e barreiras impostas as crianças no uso dos espaços, estas ainda são capazes de apropriar-se e criar ambientes próprios, resignificando muitas vezes os espaços disponíveis a elas como forma de lidar com a situação e reafirmar a tentativa de se sentirem pertencentes, menos invisíveis e resistirem aos processos de demarcação dos espaços, tempos e das relações na cidade, garantindo em partes o seu direito de liberdade.

Novas possibilidades de experiências de Lazer, podem ser oportunizadas na cidade de Siqueira Campos, levando em consideração a concepção e implementação de novos espaços e brinquedos lúdicos, pautados em estudos e políticas públicas inspiradoras, mas que acima de tudo atendam as práticas e valores sociais de cada época, de cada bairro e de cada demanda social

Discutimos anteriormente sobre o leque de oportunidades que são oportunizadas a população, nesse sentido ressaltamos que o desenvolvimento das crianças pode ser instigado pelas vivências e experiências que estas perpassam durante a sua trajetória de vida. Tendo em vista a importância do poder público frente aos compromissos sociais e culturais oriundos da sociedade, e do seu dever na democratização dos direitos sociais, o Lazer enquanto um desses direitos, previsto na Constituição Federal de 1988, necessita estar cada vez mais presente nas discussões em todos os âmbitos de formação cidadã.

Nesse contexto, a disponibilidade de espaços próprios para sua prática é essencial, bem como a implementação de equipamentos e brinquedos lúdicos que garantem que todos tenham acesso as diferentes culturas nos momentos de lazer.

Marinho (2004) afirma a necessidade de considerar o Lazer mais que um direito social explícito na constituição. É preciso entendê-lo como uma possibilidade de produção de cultura, como elemento integrador do exercício da cidadania, campo privilegiado para a manifestação do elemento lúdico, da liberdade e do prazer, além de um potente instrumento de mudanças pessoal e social. Nesse sentido, a experiência de Lazer vivenciada, além de contribuir com esses aspectos, corrobora para uma formação cidadã e democrática fundamental para se viver em sociedade (ANDRADE, 2017).

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S.M.B. **A organização dos espaços na educação infantil: possibilidades para a potencialização das experiências de lazer na infância.** 2017. 57 f. Monografia de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BORJA, J. **La ciudad conquistada.** Barcelona: Alianza, 2003.
- BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: concepções e significados. **Licere.** Belo Horizonte, v.1, n.1. p.9-17, set. 1998.
- BRARDA, Anália; RÍOS, Guillermo. Argumentos e estratégias para a construção da cidade educadora. In: GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (Orgs.). **Cidade educadora: princípios e experiências.** São Paulo: Cortez, 2004, p. 11-45
- BROUGÈRE, G. **Brinquedos e Companhia.** São Paulo: Cortez, 2004.
- BRHUNS, H. T. (Org.). **Lazer e Ciências Sociais: Diálogos pertinentes.** São Paulo: Chromos, 2002.
- CANAVIEIRA, F. O. **A educação infantil no olho do furacão: o movimento político e as contribuições da Sociologia da Infância.** 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.
- CURITIBA. **Prefeitura Municipal de Curitiba.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 21/10/2018.
- DEBORTOLI, J.; **Infâncias na metrópole.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- DEBORTOLI, J.; MARTINS, M.; MARTINS, S. Infância e lazer na cultura do consumo: um estudo sobre os Shoppings centers em uma nova espacialidade urbana. In: Anais XV Congresso brasileiro de ciências do esporte, 2009.
- FERRONATO, F. F.; BATISTA, C. V. M. **Brincar: um direito de liberdade.** Londrina: Eduel, 2013.
- FRANCO, R.R, **A fundamental jurídica do direito de brincar.** 2008, 252 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Londrina 2008.

GADOTTI, M. A escola na cidade que educa. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v. 01, n. 01, 2006. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160/189>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

HORN, M.G.S. **Sabores, cores, sons, aromas**. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Dados: Município de Siqueira Campos. Brasil, 2018 em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/siqueira-campos/panorama>. Acesso: 16 nov. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Caderno Estatístico. **Município de Siqueira Campos**. Paraná, 2018 em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86530&btOk=ok>> . Acesso: 16 nov. 2018.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAUFER, A. M. **Recomendações para projeto de brinquedos de recreação e lazer existentes em playgrounds adaptados à criança com paralisia cerebral**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade**. Goiânia-Goiás: UFG, 2004.

MARCELLINO, N. C. et al. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana**: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas. Curitiba, PR: Opus, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARINHO, A. **Atividades na Natureza, Lazer e Educação Ambiental: Refletindo sobre algumas possibilidades**. Florianópolis: **Motrivivência**, v. 22, p.47-70, jun. 2004. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1184>>. Acesso em 07 ago. 2018.

MINAYO, M. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: MINAYO, M. (Org). Pesquisa Social Teoria método e criatividade. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012. p.61-77.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência e Saúde Coletiva, v.5, n.1, p.7-18, 2000.

MORO, L. **Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados às brincadeiras infantis**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

NASCIMENTO, C. T. do; BRANCHER, V. R.; OLIVEIRA, V. F. de. A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Contexto & Educação**, [S.l.], v. 23, n. 79, p. 47-63, maio 2013. ISSN 2179-1309. Disponível

em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1051>>. Acesso em: 15 maio 2018.

PELLEGRIN, A. Espaço de Lazer. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 73-75.

\_\_\_\_\_. O espaço de Lazer na Cidade e a Administração Municipal. In: MARCELLINO, N. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

PUIG, JM E. TRILHA. J. **A pedagogia do ócio**. Artmed, Porto Alegre, 2004.

RECHIA, S. Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. – (Coleção Educação Física e esportes) p. 45- 60.

\_\_\_\_\_. Univer-cidade: Um Giro Pela Cidade Brincando, Aprendendo e Preservando. In: anais XIX Encontro Nacional de Recreação, Esporte e Lazer, 2007, Recife, 2007.

\_\_\_\_\_. **Parques públicos de Curitiba: A relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. Planejamento dos espaços e equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”. In: FRAGO, Branco (Org.). Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos. Porto Alegre: Ed. Gênese, 2009.

\_\_\_\_\_. **Atividades físicas e esportivas e as cidades**. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2017.

RECHIA, S.; BETRÁN, J. O. **Parques urbanos de Barcelona: a relação entre a diversidade nas formas de apropriação e a segurança a partir de usos principais e combinados**. Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 181-202, 2010.

RIBEIRO, T. **Fungos queratinofílicos em areia de parques escolares de Boa Vista**. Dissertação (Mestrado) – UFRR, Roraima, 2009.

SANTANA, D. T.; **Concepção e Planejamento de áreas infantis de parques públicos da cidade de Rennes/França**. 82 f. Trabalho de Graduação (Licenciatura em Educação Física) - Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 210-30.

SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca**: A criança, o adulto e o lúdico. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

SARMENTO, J. M. A Sociologia da Infância e a Sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. *In*: ENS, R. T.; GARANHANI, M. C. (Org.). **Sociologia da Infância e a Formação de professores**. Curitiba: Champagnat, 2013. p. 13-46.

\_\_\_\_\_. Gerações e alteridade: interrogação a partir da sociologia da infância. *In*: Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação, vol. 26, n.91, pp. 361-378, maio/ago. Campinas (SP): CEDES, 2005.

\_\_\_\_\_; ABRUNHOSA, A; SOARES, N. Participação Infantil na organização escolar. *In*: QUINTEIRO, J; CARVALHO, D Carvalho de (org.). *Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola*. Brasília, DF: Junqueira & Marin Editores, 2007, p. 51-90.

SOARES, N. F. Direitos da criança: utopia ou realidade. *Revista Infância e juventude*, Lisboa, n. 4, p. 101-26, out./dez. 1997.

SOARES, N. F.; SARMENTO, M. J.; TOMÁS, C. Investigação da Infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 13, n. 12, p. 49 -64, jul/dez 2005.

\_\_\_\_\_. Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989. Adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/dir\\_cri3htm](http://www.unicef.org/brazil/dir_cri3htm)>. Acesso em: 15 novembro 2018.

## ANEXO I – ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS

Os espaços e equipamentos aqui listados tem por referência alguns exemplos de brinquedos presentes em parques da cidade de Rennes/França e Barcelona/Espanha, visto que ambas as cidades são referências em relação ao planejamento urbano, também estudos realizados na cidade de Curitiba, e o relato das crianças e responsáveis registrados nas entrevistas desta pesquisa.

A coleta dessas imagens fora realizadas no ano de 2013 e 2009, e fazem parte do banco de imagens de parques do grupo GEPLC da UFPR, para dar uma ideia de novas possibilidades de modelos para os brinquedos tradicionais, foram selecionadas também imagens do banco de dados da Prefeitura Municipal de Curitiba, para opções de brinquedos adaptados e de estudos realizados por Moro (2012).

Em Rennes, foi possível identificar placas com referências de identificação de faixa etária para os brinquedos, o que de certo modo pode auxiliar na manutenção dos mesmos, quando utilizados de forma consciente pelo usuário, assim como um acesso por todos, uma vez que há brinquedos disponíveis para todas as idades.



FIGURA 30 – ÁREA INFANTIL PARQUE DO THABOR E BRÉQUIGNY – PAINEL INDICATIVO  
FONTE: SANTANA (2012)



FIGURA 31 – ÁREA INFANTIL PARQUE DO THABOR – INDICATIVO DE IDADE NOS EQUIPAMENTOS  
FONTE: SANTANA (2012)

## GANGORRA



FIGURA 32 – ÁREA INFANTIL PARQUE DE BRÉQUIGNY – EXEMPLO DE EQUIPAMENTO  
FONTE: SANTANA (2012)

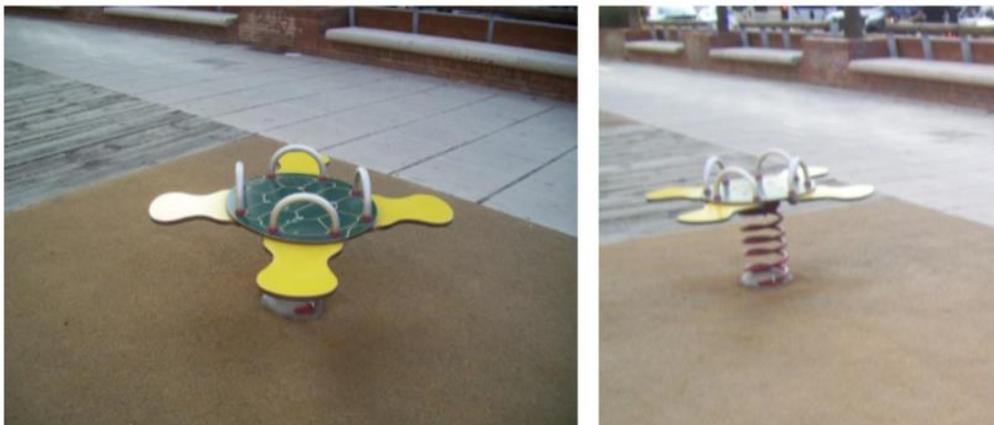


FIGURA 33– VARIAÇÃO NO MODELO DE GANGORRA EUROPEU BARCELONA, ESPANHA  
FONTE: RECHIA (2009).

## BALANÇOS



FIGURA 34 – MODELO DE BALANÇA EUROPEU BARCELONA, ESPANHA  
FONTE: RECHIA (2009)

## ESCORREGADOR



FIGURA 35 – MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU BARCELONA, ESPANHA  
FONTE: RECHIA (2009).



FIGURA 36 – MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU BARCELONA, ESPANHA  
FONTE: RECHIA (2009).

## BRINQUEDOS ADAPTADOS



FIGURA 37 – MODELO DE GANGORRA ADAPTADO, CURITIBA, PARANÁ  
FONTE: SMCS (2016).



FIGURA 38 – MODELO DE GIRA-GIRA ADAPTADO, CURITIBA, PARANÁ  
FONTE: SMCS (2016).



FIGURA 39 – MODELO DE SKATE ADAPTADO, CURITIBA, PARANÁ  
FONTE: SMCS (2016).



FIGURA 40 – MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU PAINEL EM BRAILE – BARCELONA, ESPANHA  
 FONTE: RECHIA (2009).

## MULTIFUNCIONAIS



FIGURA 41 – MODELO DE CAIXA DE AREIA CURITIBA, PARANÁ  
 FONTE: MORO (2012)



FIGURA 42 – MODELO DE BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL CURITIBA, PARANÁ  
 FONTE: MORO (2012)

## ESCALADA



FIGURA 43 – MODELO TREPA- TREPA EUROPEU BARCELONA, ESPANHA  
FONTE: RECHIA (2009)

**ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA**  
**PAIS / RESPONSÁVEIS**

1. Qual o bairro vocês moram?
2. Qual a distância da sua casa aqui?
  - ( ) Até duas quadras
  - ( ) De duas a quatro quadras
  - ( ) De quatro a seis quadras
  - ( ) De seis a dez quadras
  - ( ) Mais de dez quadras
3. Qual o meio de transporte que vocês utilizaram para vir para cá?
  - ( ) Ônibus ( ) Carro ( ) Bicicleta ( ) A pé
4. Qual a idade do seu(s) filho(s)?
5. Com qual frequência você os trás para brincar aqui?
6. Eles pedem para vir ou você que os trás?
7. Que outras atividades eles gostam de fazer aqui?
8. O que você acha das condições estruturais deste local?
9. Que outros equipamentos você gostaria que tivessem aqui?
10. Que outras atividades você gostaria que fossem oferecidas aqui?
11. Quais as suas sugestões para potencializar/melhorar este espaço?

### **ANEXO III - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA CRIANÇA**

1. Você gosta de vir ao parque? Por que você gosta de vir aqui?
2. Quais brinquedos você mais gosta?
3. Quais brinquedos você menos gosta?
4. O que você gostaria que tivesse nesse parque?

FIGURA 44 – IMAGENS UTILIZADAS PARA AS CRIÇAS IDENTIFICAREM O QUE ELAS GOSTAVAM OU NÃO NO PARQUINHO



**NÃO GOSTO**



**GOSTO**

## ANEXO III - PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS, EQUIPAMENTOS

### INFORMAÇÕES GERAIS

PESQUISADOR: \_\_\_\_\_

DATA DE APLICAÇÃO \_\_\_\_\_

HORÁRIO INICIAL: \_\_\_\_\_ HORÁRIO FINAL: \_\_\_\_\_

NOME DO PARQUE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: \_\_\_\_\_

PÚBLICO ATENDIDO: \_\_\_\_\_

PÚBLICO OBSERVADO: \_\_\_\_\_

### PERFIL DO ESPAÇO

( ) Público      ( ) Privado

Público que atende/que se apropria: \_\_\_\_\_

Número aproximado de crianças: \_\_\_\_\_

Tipo de piso da área do parque infantil: \_\_\_\_\_

O local é arborizado? ( ) sim ( ) não

### ACESSIBILIDADE

Espaço físico: Permite o acesso de cadeirantes ou outro tipo de deficiência?

Possui rampas de acesso? ( ) sim ( ) não

Possui brinquedos adaptados? ( ) sim ( ) não

**Equipamentos que o espaço possui:**

---

---

---

**Existem materiais (bolas, redes, jogos, corda, etc.) disponíveis ou são trazidos pelos sujeitos? Quais?**

---

---

---

**Quais as condições de uso do espaço e dos equipamentos**

Limpeza ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim

Segurança ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim  
Iluminação ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim  
Manutenção ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim

Existem banheiros próximos? ( ) Não ( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_

Em boas condições de uso? ( ) Sim ( ) Não.

São adaptados? ( ) Sim ( ) Não

Possui bancos? ( ) sim. Quantos \_\_\_\_\_ ( ) não

Possui bebedouros? ( ) sim ( ) não

Possui lixeiras? ( ) sim ( ) não

Permitem a separação do lixo? ( ) sim ( ) não

Que outros equipamentos são percebidos no entorno?

---

---

### **FORMAS DE APROPRIAÇÃO**

Maneiras determinadas ou não do uso dos espaços (Atividades desenvolvidas).

---

---

---

Observações importantes que não foram contempladas pelo protocolo:

---

---

---